

## Poder público investe em drenagem e manutenção preventiva

# Poder público investe em drenagem e manutenção preventiva

As enchentes que todos os verões voltam a estampar as páginas dos jornais acontecem, segundo especialistas, pela combinação de fatores naturais e a forma como os territórios das cidades foram – e ainda são – ocupados.

“Falando sobre áreas inundáveis, há três aspectos importantes. O primeiro é a estrutura hidrogeomorfológica, ou seja, o aspecto natural das bacias. O segundo é a forma como essas bacias foram ocupadas. E o terceiro está relacionado à forma como compreendemos as estruturas de drenagem urbana, enquanto sociedade, ciência e Estado”, explicou a professora de planejamento territorial da UFABC (Universidade Federal do ABC), Luciana Rodrigues Travassos.

Para enfrentar as enchentes, municípios e governo estadual destinam recursos para obras de drenagem e manutenções preventivas, como limpeza córregos, rios, bocas de lobo, e de galerias de captação de água de chuva. Nos últimos dois anos, as prefeituras de Santo André e São Bernardo destinaram, juntas, por volta de R\$ 87 milhões para intervenções estruturais. O Paço andense afirma ter destinado

R\$ 53 milhões para reduzir o impacto das tempestades na cidade. Entre as ações estão melhorias no sistema de drenagem da Avenida dos Estados.

Além disso, outros R\$ 50 milhões foram investidos no pacote de obras do Complexo Viário Cassaquera, recurso que incluiu a canalização no córrego.

Em São Bernardo, a prefeitura diz ter destinado, entre 2021 e este ano, R\$ 34 milhões a serviços de manutenção dos sistemas de drenagem. As duas cidades, as maiores em território e em número de áreas de risco para inundação na região, somam 156 rios e córregos, 88.327 bocas de lobo, 937,8 quilômetros de galerias e canais subterrâneos.

A Prefeitura de Diadema afirma que está em fase final a canalização do córrego Grota Funda, com investimento de R\$ 13 milhões. O córrego Olaria, segundo o Paço, deve ser desassoreado com custo estimado de R\$ 9,1 milhões. As de-

mais prefeituras não detalham projetos e medidas preventivas contra inundações. São Caetano não respondeu aos questionamentos do **Diário**.

Pelo Estado, além de 19 piscinões, que segundo o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) operam com 95% da capacidade no Grande

ABC, e da construção do piscinão Jaboticabal, estão sendo destinados R\$ 14 milhões para projetos de drenagem que contemplarão a região.

Os esforços, entretanto, não são considerados suficientes por especialistas. “A gente tratou, historicamente, com a ideia de que o córrego canalizado não iria mais inundar. Durante o século 20 inteiro vimos que o discurso não se confirmou na prática. Já introduzimos piscinões, que também têm limites de eficiência”, avaliou a professora Luciana sobre as políticas atuais.

A especialista defende medidas amplas para todas as bacias (territórios), como pequenos reservatórios em cada edificação privada e pública. “As ações que podem ser implementadas de forma descentralizada são mais baratas e podem ter papel muito eficaz para a diminuição das manchas de inundação”, diz.

A revisão da legislação e a realocação de atividades também devem ser medidas em discussão. “Vai ser de novo e no mesmo lugar várias vezes e para sempre (as inundações). Para essas áreas, em que a solução não poderá ser feita pela diminuição da quantidade de água, a gente vai precisar encerrar com seriedade um processo de realocação de usos e atividades”, afirma. **JC**



INVESTIMENTOS. Prefeituras e Estado destinam recursos a obras de drenagem e reforçam manutenção preventiva no período de chuva

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Setecidades **Página:** 4